

A força da cultura em Bento de Jesus Caraça

Prof. Dr. José Gama

(UCP – Faculdade de Filosofia de Braga – Portugal)

jgama48@gmail.com

Resumo: Num período de intensa reflexão filosófica sobre a cultura, também em Portugal vários autores escreveram sobre esse tema. Bento de Jesus Caraça, cientista e intelectual progressista, dedicou-lhe várias conferências, centrando na cultura a sua intervenção social e política, na fase histórica de implantação e de afirmação do Estado Novo salazarista. Neste artigo é analisada a interpretação da cultura e o poder de transformação que o autor lhe atribui, podendo situar-se na área de reflexão da filosofia da cultura, a partir dos pressupostos em que assenta.

Palavras-chave: Cultura; Civilização; Filosofia da cultura; Historicismo.

1. Considerações iniciais

Bento de Jesus Caraça apresenta, na década de 30 [1929-1933], a reflexão mais rigorosa e coerente sobre a importância da cultura na sociedade contemporânea. Matemático, professor do ISC - Instituto Superior do Comércio [mais tarde Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, e atual Instituto Superior de Economia e Gestão] – em 1919, segundo assistente ainda como aluno; primeiro assistente em 1924; professor extraordinário em 1927 e catedrático em 1929. Como cientista, pedagogo e intelectual progressista esteve permanentemente envolvido na oposição às políticas do Estado Novo. É assim apresentado por Carlos Bastien, na introdução da recente publicação dos *Inéditos de Economia Matemática*: “Bento Jesus Caraça, (1901-1948) é conhecido do público como matemático, teorizador da cultura, professor universitário e intelectual progressista empenhado nos combates políticos e culturais do seu tempo”, (CARAÇA, 2010, p. 11).

É como pensador e intelectual comprometido com os combates políticos e culturais do seu tempo que aqui o analiso, teorizador ou “filósofo da cultura” como por vezes tem sido apresentado. A investigação científica na área da matemática foi acompanhada desde a década de vinte por intensa atividade de intervenção no processo de transformação social. A inspiração marxista orienta-o para o desenvolvimento de um processo revolucionário que tem na cultura a sua principal arma de intervenção e de transformação. A interpretação da cultura e a importância que lhe atribui, indo duma “cultura revolucionária” e “cultura proletária” a uma “cultura integral do indivíduo” que constituiria a base de uma sociedade nova, como conquista proletária, é desenvolvida por Bento Caraça na área do conhecimento, com uma

coerência de reflexão e de progressivo enriquecimento que lhe conferem características que merecem ser analisadas. Essa reflexão sobre a cultura é, de fato, uma expressão significativa da interpretação da cultura no contexto do pensamento português contemporâneo.

A obra principal de Bento Caraça situa-se no campo da matemática. Para o que nos interessa mais direta e, exclusivamente, temos um conjunto de textos de conferências e outras intervenções acessíveis em duas edições mais importantes, de 1919-1933, (CARAÇA, 2002 e 2008).

A Universidade Popular Portuguesa (UPP) deve ser aqui mencionada como referência imprescindível da intervenção de Bento Caraça, no âmbito da sua intervenção cultural e social, a par da atividade profissional de docência e investigação. Criada em 1919, tendo como principal impulsionador António Augusto Ferreira de Macedo, a ela esteve ligado desde o início como membro mais jovem do Conselho Administrativo, e identificando-se com o objetivo principal da instituição: “contribuir para a educação geral do povo português”, criando e desenvolvendo os meios que permitissem garantir o acesso à educação e ao saber a todos aqueles que o querem fazer e não tiveram a possibilidade de o conseguir através do ensino oficial.

As universidades populares, e outras instituições similares, desempenharam um papel importante no esforço de desenvolvido desde finais do século XIX e, particularmente, com a República, na promoção da “educação popular”, isto é, no combate ao analfabetismo e ao generalizado baixo índice de cultura. A UPP é reconhecida como instituição de utilidade nacional (Dec. n.º 5781, 10 de Maio de 1919), e a sua inauguração é presidida pelo então Ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, (CARAÇA, 2002, p.74-75).

Bento de Jesus Caraça assume a presidência da UPP em 1928, (que manterá até ao seu declínio e encerramento no início dos anos 40, pela ação repressiva do regime dominante, o Estado Novo salazarista), dando continuidade à intensa atividade desenvolvida e iniciando um processo de renovação cultural que irá delineando nas frequentes intervenções que servem de base à análise que aqui desenvolvo, e que estão editadas nas obras já referidas.

É notável o conjunto de atividades desenvolvidas, com a mobilização de elevado número de personalidades de prestígio da intelectualidade da época, em conferências e cursos, e com larga cooperação de organizações e movimentos nacionais e internacionais, sedes operárias e sindicatos, (NEVES, 2005, p. 37 e 49).

2. Alguns pressupostos

Elaborada no contexto da UPP, a reflexão de Bento Caraça sobre a cultura assenta em determinados pressupostos ideológico-filosóficos que convém deixar aqui enumerados, um pouco à maneira do próprio autor, sem preocupações de extensa argumentação justificativa, e, muito menos, de especulação teórica. Da conhecida polémica com António Sérgio, nos anos 1945-1946, nas páginas da revista *Vértice*, sobre o valor da Ciência (COELHO, 1990), a propósito da interpretação da “forma” platônica e sua relação com o número, ficou claro o seu empirismo historicista e racionalismo experimentalista. Bento Caraça nega qualquer valor a uma linguagem essencialista e metafísica, pois esta não representa mais do que uma “*evasão* da realidade em que mergulhamos”, (CARAÇA, 2008, p. 387), depois de ter deixado bem clara a sua posição, na referida polémica:

Quando o meu Amigo emprega, por exemplo, expressões tais como o «Uno Unificante», «a Origem das Origens», «a Unidade transcendental da apercepção no Eu», refere-se com certeza a coisas que são para si claras, ao passo que eu não chego a ver em tais expressões verbais mais que simples *flatus vocis*, porque não consigo ligar-lhes um sentido preciso, (CARAÇA, 2008, p. 384-385).

Noutra ocasião, sobre a questão de afirmar o absoluto por meio de um instrumento tão relativo e contingente como o espírito humano, e sobre o problema de passar do relativo ao absoluto, do contingente ao necessário, a propósito de uma pergunta ambiciosa de Huxley, Bento Caraça insere o comentário: “Se em vez de se lançarem comicamente, quixotescamente, *à la recherche de l’absolu*, eles tivessem a coragem, aliás, fácil, de se voltarem para o real, e de aí buscarem as origens e os remédios dos nossos males, melhor teriam merecido dos homens”, (CARAÇA, 2002, p. 95-96).

Dos *pressupostos* que julgo mais importantes, saliento os três seguintes:

1. visão iluminista na crença da perfectibilidade;
2. concepção dialéctica da história: predomínio do coletivo;
3. visão utópica da ação proletária que leve a uma sociedade nova: não incita à tomada do poder, mas apela à força da cultura (também pelo rigor do saber da investigação, a exemplo das recensões e alguns apontamentos sobre a investigação).

Comentando brevemente, direi que o primeiro consiste na expressão da sua “crença na perfectibilidade humana”, bem na linha da tradição iluminista que reconhece que “o ser humano é indefinidamente aperfeiçoável”, e em que o conhecimento desempenha um papel determinante, e por isso acrescenta o autor, “e a cultura é exatamente a condição indispensável desse aperfeiçoamento progressivo e constante”, (CARAÇA, 2002, p. 62 e 72); esclarece ainda: *Conf.* p. 174 – “E essa minha crença não resulta de um ato de fé; é antes, e só, consequência dum ato de razão, que vou expor e justificar brevemente” (CARAÇA, 2008, p. 174). Este estatuto ontológico do ser humano inscreve-se, para Bento Caraça, numa aceitação do materialismo científico que tem na teoria da evolução a sua explicação mais simples e natural. O sentido compreensivo do progresso humano inscreve-se no desenvolvimento natural de tudo o que existe, como acumulação adquirida do desenvolvimento civilizacional, mas com certo caráter “quase mecânico”, que resulta da conjugação das condições materiais e sociais que o condicionam e o determinam. O historicismo daí decorrente fica bem patente na sua concepção dialética da história, (CARAÇA, 2002, p. 82-83). Assim o explicita, em conferência sobre “A arte e a cultura popular”, de 1936:

Não há *fatalidade* em história. *O que acontecerá (...)*, é sempre determinado pelo jogo dos elementos em presença. Em cada momento, o homem age sobre o meio que o cerca e o meio age sobre o homem (...). Não, o fatalismo em história não é mais do que um rele biombo de papel atrás do qual se abrigam, julgam abrigar-se, os ineptos e os preguiçosos, (CARAÇA, 2008, p. 178).

O segundo pressuposto é constituído, precisamente, pela concepção da leitura da história, inspirada no materialismo histórico e dialético. A sua formulação aparece, explicitamente, na sua conferência mais complexa, *A cultura integral do indivíduo – Problema central do nosso tempo*, de 1933, onde enuncia a lei, que o longo período da história da humanidade permite

surpreender o ritmo da evolução que o determina e condiciona” – “Creio que essa lei existe e que pode formular-se, pouco mais ou menos, nos seguintes termos: no seio das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois princípios – o individual e o coletivo – de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o princípio – o individual – chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo (CARAÇA, 2002, p.101-102).

E afirma, mais adiante, que esta marcha é permanente e sempre ascendente, deixando mais claro o materialismo histórico que subscreve:

Que essa aquisição de um estado superior de *unidade* só pode fazer-se pela luta e através de contradições, é lei fundamental da vida; não há que pretender, fora da realidade, modificá-la, mas sim que interpretá-la, compreendê-la e atuar em consequência (CARAÇA, 2002, p. 107).

A relação dialética entre o individual e o coletivo é aplicada na leitura das lutas sociais e no papel atribuído às concepções religiosas, como expressão do “sentimento de evasão do homem” e habilmente utilizadas pelas castas dominantes, como também para identificar as duas grandes formas de humanismo que marcam a presença e a atuação do homem na sociedade – o “humanismo do *homem pelo homem*”, e o “humanismo do *homem pelo grupo*” (CARAÇA, 2008, p. 335). Fica claro que a opção do autor se situa na prioridade do coletivo sobre o individual, como deixa justificado em texto posterior: “No *primado do grupo*, tem a sua raiz aquela orientação segundo a qual só a mudança das condições exteriores ao homem, condições de meio e instituições sociais, podem levar ao aperfeiçoamento e progresso desejados” (CARAÇA, 2008, p. 226-227). E a vitória futura, com a “síntese grandiosa do indivíduo e da coletividade” só o coletivo ou o *homem pelo grupo* a alcançará (p. 337). De acordo com este pressuposto, a questão da organização da cultura adquire particular importância na organização de todas as atividades dentro da sociedade, no espírito do último pressuposto.

Como terceiro pressuposto, deixo uma breve referência à dimensão utópica da compreensão da proposta que envolve a sua reflexão sobre a cultura. É verdade que Bento Caraça fala da cultura como meio e como fim em si mesma, mas enquanto se identifica com o estado superior da civilização, a bem conhecida sociedade sem classes da utopia marxista. A caracterização dessa sociedade ocorre em várias das suas intervenções, anunciando-a como cidade nova, sociedade de homens livres, que “compreende o máximo desenvolvimento das capacidades intelectuais, artísticas e materiais encerradas no homem”, (CARAÇA, 2002, p. 64, 72; 2008, p. 63-64, 166, 187, 193-194, 224, 337-338). A força mobilizadora que Bento de Jesus Caraça atribui a esta visão advém precisamente da força da cultura, sem recurso à força

do poder nas mãos do proletariado. Resulta de algo muito profundamente enraizado na natureza das realidades existentes, força duma imanência que poderá ser contrariada por muitos fatores, mas nunca extinta. Daí a necessidade da luta paciente e do investimento na preparação cultural, que inclui também o rigor do saber e da investigação, o conhecimento e reconhecimento do legado das grandes figuras morais, particularmente das contemporâneas, que integravam a série de conferências programadas para a UPP, no ano de 1933, (CARAÇA, 2002, p. 172-175).

3. A análise da Cultura

As referências ao tema da cultura vão surgindo desde os primeiros escritos de intervenção, habitualmente associados às atividades da educação geral desenvolvidas no âmbito da UPP, já acima mencionada. É do conjunto desses escritos que o pensamento de Bento Caraça surgirá mais completo e melhor articulado. Para os objetivos desta exposição, convém situar as ideias nucleares da sua proposta no texto da mais conhecida conferência na UPP – *A Cultura integral do indivíduo - Problema central do nosso tempo*, de 1933, que é o que mais claramente nos oferece o contexto de enquadramento do tema da cultura. Outros textos contribuirão com elementos complementares da análise do tema da cultura, de modo a obtermos um quadro mais completo da sua interpretação.

Nesta conferência, o núcleo interpretativo é precedido por uma caracterização geral do nosso tempo, com um juízo de valor que o leve a identificar o “problema central”, acentuando assim a dimensão moral da perspectiva de ação em que se coloca. A insistência na atitude da honestidade que o move, é acompanhada da forte convicção que assim traduz: “se não receio o erro, é só porque estou sempre pronto a corrigi-lo” (CARAÇA, 2002, p. 101). Consciente da necessidade de manter presente um ponto de vista global, pois “quem se detiver num único momento histórico não poderá surpreender o ritmo da evolução que o determina e o condiciona”, é levado a formular a “lei da história” acima citada, centrada na tensão dialética entre o indivíduo e a coletividade, e com a explicitação da “lei fundamental da vida” que deixa bem patente o seu materialismo historicista. O surgimento do capitalismo e da escravização econômica do trabalhador, na sequência da conquista do poder pela nova classe da burguesia, num processo que tem início no século XV, é ilustrado pelos exemplos que cita do Prof. Laski e do Dr. Oliveira Salazar. Estes deixam bem evidente a “falência completa no

campo moral (...) e a falência total no campo económico”, que tornam mais dura e mais ampla a luta a desenvolver, a nível mundial e a nível nacional (CARAÇA, 2002, p. 112).

E assim, lança o autor o problema central, que envolve “toda a humanidade que é chamada a resolver o seu próprio problema, está tudo em causa, há que refazer tudo, (...)”, com a questão de fundo desta “fase decisiva”:

Conseguirá a Humanidade, num grande estremeamento de todo o seu imenso corpo, *tomar finalmente consciência de si mesma, revelar a si própria a sua alma coletiva, feita do desenvolvimento ao máximo, **pela cultura**, da personalidade de todos os seus membros?* [o sublinhado é meu]. “Eis a grande tarefa que está posta com toda a sua simplicidade crua, à nossa geração – *despertar a alma coletiva das massas*, (p. 114).

Tarefa que se nos impõe, qual enigma lançado pela esfinge, obrigando a saber distinguir o fundamental do essencial: o que é cultura, e qual o papel das “elites” em relação à promoção e aquisição dessa cultura.

Que cultura é esta de que fala Bento Caraça, ao atribuir-lhe esse papel “redentor”, decisivo para a Humanidade? Não se demora o autor em explicações de conceitos e de teorias. Aqui, resume o seu significado nas características do “homem culto”, que é diferente do “ser sábio”:

1º - Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence; 2º - Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano; 3º - Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida.
Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica, é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas, (p. 117).

E se noutras ocasiões, (CARAÇA, 2008, p.142, 28; CARAÇA, 2002, p.72, 63-64) falou da cultura como direito inerente ao homem, como condição indispensável do aperfeiçoamento progressivo e constante do ser humano, como algo “revolucionário” que dá a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade – enquanto conhecimento completo de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, que leva ao desenvolvimento do espírito de solidariedade, sem deixar nunca de se manter fiel a essa consciência integral -, agora é a noção de *cultura integral* que o leva a identificá-la com a *conquista da liberdade*, e

a apontar-lhe a intervenção ou função decisiva na sociedade atual: “condicionador e corretivo constante da marcha da civilização”:

A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, *a conquista da liberdade* (CARAÇA, 2002, p. 117).

Com o recurso à distinção frequente entre civilização e cultura, deixa mais claro o sentido intemporal da vivência que é a cultura, em oposição ao que caracteriza a civilização como disponibilidade de meios científicos, técnicos e materiais:

O seu [de um povo] grau de cultura mede-se pelo conceito que ele forma do que seja a vida e da facilidade que ao indivíduo se deve dar para a viver; pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo; pela maneira e fins para que são utilizados os progressos da ciência; pelo modo como entende a organização das relações sociais e pelo lugar que nela ocupa o *homem* (CARAÇA, 2002, p. 118).

E, nesse sentido, anota, mais tarde, a curiosa comparação “Entre o sábio arqueólogo (...) e o camponês incomparavelmente mais culto” (CARAÇA, 2008, p. 339). Percebe-se, assim, que a ação condicionadora e corretiva que atribui à cultura, adquire pleno significado de mudança quando a tarefa ou problema central é “despertar a alma coletiva das massas”, pelo “reforçamento intenso da cultura”. É que o automatismo e escravização do homem que a civilização capitalista atual produziu deve-se a “um baixo grau de cultura”, e se a marcha da civilização não poderá prescindir da intervenção das elites parciais, correspondentes a cada área de especialização, a sua orientação pertence exclusivamente à cultura, que deve corresponder a essa força imparável da cultura integral da coletividade inteira. E, daí, a segunda conclusão ou orientação fundamental de Bento Caraça: “Mas o que não deve nem pode ser monopólio de uma *elite*, é a cultura; essa tem de reivindicar-se para a coletividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria (...)” (CARAÇA, 2002, p. 119).

A conferência em análise encerra com o desafio à geração do seu tempo, chamada a “construir para o futuro”, em espírito de solidariedade, na resolução dos problemas que enfrenta, “uma elevada compreensão do seu significado humano”. Sob esta perspectiva do humanismo, retomará mais tarde, em 1940, as mesmas ideias de intervenção pela cultura,

agora a partir do problema ou “motivo central à volta do qual se reúnem e hierarquizam outros – o problema da situação e valor do homem em face do mundo e dos outros homens, o problema do humanismo”, (CARAÇA, 2008, p. 334). A compreensão e interpretação do humanismo processa-se dentro da visão dialética entre o indivíduo e a colectividade, aqui caracterizada pelas duas grandes formas de humanismo acima referidas (humanismo do *homem pelo homem*, e humanismo do *homem pelo grupo*). A função decisiva atribuída à cultura mantém-se, e com a explicitação mais clara da sua ação profunda:

A realização de um tipo humanista, em qualquer das suas formas, exige a aquisição de um grau elevado de cultura. Entre esta e o ideal humanista a atingir desenvolve-se um conjunto de relações de ação recíproca – o desejo de conseguir o tipo humano perfeito que responda a esse ideal desenvolve a necessidade da cultura e orienta-a num certo sentido; por sua vez, a cultura permite definir melhor certos contornos, primeiramente esbatidos, do ideal em vista, vai-o afinando, corrigindo, orientando, (CARAÇA, 2008, 338).

Adquire uma importância decisiva, para BJC, a **tomada de consciência** cada vez mais ampla, de acordo com o tipo de humanismo eleito, na sequência de outras ideias esclarecedoras que entretanto foi desenvolvendo – a “democratização integral da cultura”, como uma das grandes correntes fecundantes para o homem de hoje, ao lado do “laicismo” e do “interesse coletivo” (CARAÇA, 2008, p. 166); o “patrimônio comum”, que põe à disposição do homem todas as aquisições gerais (materiais, intelectuais, morais e artísticas), mas que tem de ser visto a esta luz: “E porque esse patrimônio é obra coletiva de toda a humanidade produtora, ele está, ou deve estar, aberto a todo o homem para lhe favorecer, por sua vez, o desenvolvimento, isto é, aumentar as suas possibilidades”, (p. 173). Neste processo, a relação dialética entre o individual e o coletivo, para além da influência retardadora por efeito dos interesses dos grupos dominantes, obedece ainda à

lei de integração progressiva: a sociedade, no seu conjunto, é muito mais lenta no apropriar-se do patrimônio cultural do que o é o homem-indivíduo – há um *retardamento* do coletivo em relação ao individual. Que esse retardamento não é devido a incapacidade nem a desinteresse do povo pela cultura, prova-o flagrantemente o fato de todos os alargamentos da civilização impostos pelas massas trazerem imediatamente, como consequência, uma maior facilidade de acesso à cultura; é assim que, das revoluções burguesas triunfantes, resultou um passo largo dado no caminho da democratização do ensino. (...), (p. 177).

É, afinal, a mesma convicção que tinha orientado, em 1931, a sua conferência sobre “cultura e emancipação”: “É tanto maior a sua emancipação [do homem perante a natureza e do homem perante a sociedade] quanto maior for o seu grau de cultura”, (CARAÇA, 2002, p. 162-163).

4. Considerações finais

O fato de Bento Caraça associar a cultura revolucionária à classe operária, como preparação para o desempenho da sua missão futura, ou às classes trabalhadoras, como “grande alavanca que há-de impulsionar a renovação do mundo e a emancipação da humanidade”, (CARAÇA, 2002, p. 64), em nada lhe retira o vigor e o rigor que atribui à cultura, de acordo com a interpretação que procurei delinear. Mas reclama, sim, algumas considerações críticas complementares, motivadas mais pelo *caráter interpretativo e filosófico da cultura* do que propriamente pelo posicionamento ideológico do autor ou pelas suas implicações políticas.

É realmente válida, em minha opinião, a importância reconhecida à cultura, como meio ou instrumento de realização humana, individual e coletiva, no sentido do “homem novo, criador da cidade nova”. Tem um caráter essencialmente prático, mas pressupõe uma profunda e coerente compreensão da cultura como expressão privilegiada do humano, nas mais diversificadas expressões da vida do ser humano em sociedade.

E a primeira observação crítica tem em vista “as grandes correntes fecundantes” desta situação do homem de hoje e que motivam a convicção otimista que o autor professa. Essas grandes correntes são assim apontadas pelo autor: “Dos confins da história caminham, ao encontro do homem de hoje, aquelas grandes correntes fecundantes – laicismo, interesse coletivo, democratização integral da cultura – que hão-de fazer dele o homem novo, criador da cidade nova”, (CARAÇA, 2008, p. 166). Apesar de inseridas na conferência sobre a “Escola Única”, de 1935, estas ideias têm claramente uma dimensão de aplicação e interpretação universal sobre a vida e a história. O “laicismo” e o coletivismo (“interesse coletivo”) apresentam um caráter excessivamente redutor dessa cultura democraticamente estabelecida e com a energia transformadora que Bento Caraça lhe reconhece. Levam, de fato, a considerar a cultura como “simultaneamente um meio e um fim”, totalmente encerrada em si mesma, sem

permitir apontar para um fim que integre uma dimensão do ser humano que não se esgota na pura historicidade do desenvolvimento da cultura.

O dinamismo atribuído à cultura esgota-se na realização de um ser que fica reduzido à função exclusiva de contribuir para um coletivo impessoal e despersonalizado. A concepção de um coletivismo encerrado num horizonte puramente histórico reduz o ser individual a um mero executor de um projeto sem o ideal que radica na pessoa humana e no ideal de pessoa humana. Podemos dizer que a consideração e valorização da cultura pelo autor se situa predominantemente no plano do descritivo histórico, que foi de fato a grande conquista inovadora do séc. XIX, com o desenvolvimento das ciências sociais. A influência do materialismo histórico levou à progressiva desvalorização do ser individual e do vetor axiológico que constitui a mais profunda tensão inerente ao ser humano, e que o projeta para além de si mesmo, situando o ideal humano num plano a que a pura historicidade não pode aceder.

O valor moral que a identificação da cultura como “problema central” do nosso tempo traduz, não passa do plano descritivo das ciências sociais, assumido sem a discussão filosófica sobre o significado ontológico da constatação dessa realidade. Em sentido estrito, não poderemos, portanto, falar de uma “filosofia da cultura” presente nos textos de Bento de Jesus Caraça sobre a cultura. É um bom ponto de partida, como resultado da base empírica das ciências sociais, e condicionado ainda pelas observações gerais que acabo de expressar.

A observação crítica mais geral tem, por isso, a ver com a concepção de um imanentismo que se encerra num historicismo de perspectiva exclusivamente científico, excluindo qualquer expressão de transcendência que passe pela dignificação do ser humano e da sua relação com uma outra realidade habitualmente designada pelo “divino” ou “sagrado”. Está presente no seu pensamento um certo automatismo historicista, que deriva do seu naturalismo evolucionista, de acordo com a matriz da teoria científica da evolução. O ser humano e a humanidade desenvolvem-se segundo o que está inscrito na sua própria natureza, quando são alcançadas as condições adequadas a esse desenvolvimento:

A humanidade segue, no seu caminho, uma evolução de sentido certo – a unificação, numa síntese que tem qualquer coisa de grandioso e belo, da potência individual e coletiva, servida por um reforçamento ao máximo da personalidade do homem, reforçamento esse que, por virtude da sua própria realização,

permitirá o desaparecimento do antagonismo entre o indivíduo e a coletividade, (CARAÇA, 2002, p. 82).

A cultura, como vimos, é um dos fatores determinantes na sociedade atual. No entanto, uma cultura, identificada com a liberdade e que fica limitada aos contornos do historicismo materialista e dialético, não parece responder minimamente à urgência da reflexão filosófica sobre o fundamento último dos valores inerentes a uma perspectiva global da cultura humana.

Apenas como informação complementar, a apontar para outros empreendimentos, podemos lembrar alguns contributos de outros autores contemporâneos de Bento Caraça para esta reflexão sobre a cultura. Entre os autores portugueses lembro António Sérgio, Leonardo Coimbra e Delfim Santos; a nível europeu, destacam-se dois grandes nomes: Antônio Gramsci e Ernst Cassirer.

Referências:

BASTIEN, Carlos. Introdução. In CARAÇA, Bento de Jesus. *Inéditos de Economia Matemática*. Lisboa: Gradiva, 2010.

CARAÇA, Bento de Jesus. *Lições da Álgebra e Análise*, 2 volumes. Lisboa: ISCEF e Luísa Sá da Costa, 1935-40.

_____. *Conceitos Fundamentais da Matemática - I e II Partes*. 2 volumes. Lisboa: Ed. Cosmos, 1941-1942; *idem - III Parte*. Ed. em 1 vol. Lisboa: Tipografia Matemática, L.da, 1951.

_____. *Cultura e Emancipação (1929-1933)*. Obra integral. Edição crítica. Vol. I. Porto: Campo das Letras, 2002.

_____. *A Cultura Integral do Indivíduo - Conferências e outros escritos*. Lisboa: Gradiva, 2008.

_____. *Inéditos de Economia Matemática*. Lisboa: Gradiva, 2010.

COELHO, Coelho. *Desafio e Refutação - Controvérsia entre António Sérgio e Jesus Caraça sobre a natureza e valor da Ciência*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

NEVES, Helena. Originalidades da Universidade popular Portuguesa. In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís (Coords.). *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português (1900-1950)*. Coimbra: Ariadne Editora, 2005.

The Power of Culture in Bento de Jesus Caraça

Abstract: In a period of intense philosophical reflection on culture, several authors in Portugal as well wrote on this theme. Bento de Jesus Caraça, scientist and progressive intellectual, dedicated various conferences concerning culture in a phase of history that saw the implantation and affirmation of Salazar's Estado Novo. His interest in culture was part and parcel to his socio-political commitments. From a philosophical perspective, this article endeavours to analyse the presuppositions of his interpretation of culture and the power of transformation that it possesses.

Key words: Culture; Civilization; Philosophy of Culture; Historicism.

Data de registro: 17/12/2011

Data de aceite: 08/03/2012